

Política

— CRISE —

ave p 12

Amc X

O País está em uma situação "muito difícil" e já entrou na hiperinflação. É o que diz o ex-ministro Delfim Neto, defendendo o parlamentarismo. O senador José Richa concorda, mas Miguel Arraes e Lula preferem a antecipação da eleição para presidente. Já Mário Covas quer apenas o apoio dos políticos ao pacto social.

Delfim: a saída é o parlamentarismo. E já.

"Hoje, eu só vejo uma saída para o Brasil: o parlamentarismo, que dará ao Congresso Nacional a responsabilidade para administrar o poder que lhe foi assegurado pela nova Constituição." Essa afirmação foi feita pelo ex-ministro do Planejamento e da Fazenda, deputado federal Delfim Neto (PDS-SP), sábado, em Mogi das Cruzes, em encontro com políticos, empresários e agricultores da cidade e região, no Sítio Catavento, do ex-presidente do Incra, Paulo Yokota.

Bem à vontade, entre os participantes de um churrasco, a maioria descendente de japoneses — a quem ele auxiliou na construção de um estádio de beisebol, na zona rural de Mogi —, Delfim avaliou a situação do País como "muito difícil", e mostrou-se convencido de que nós já entramos na hiperinflação.

"A hiperinflação não é um fato econômico; é um fato de ciclo social. Ela acontece quando a sociedade perde a sua confiança no governo. Ela perde a confiança no governo de financiar os seus déficits. Então se assusta e começa a se comportar de uma forma estranha. E esse comportamento, de um lado, produz uma monetização de toda a dívida, e, de outro lado, produz um aumento de todos os produtos", disse ele.

A saída dessa situação, segundo Delfim, é a adoção do parlamentarismo, já que a nova Constituição, em sua opinião, "leva todo o poder para o Congresso, mas não lhe dá nenhuma responsabilidade".

"O Congresso — disse o depu-



tado — pode tomar as decisões mais irresponsáveis do mundo e mandar que o Executivo as execute. Então, eu vejo o parlamentarismo como a única saída para o Brasil. Ele dará ao Congresso, que tem todo o poder, a responsabilidade para administrar esse poder."

Empolgado com sua proposta, Delfim não aceitou o argumento de que seria necessário esperar mais algum tempo para voltar a se discutir o regime ideal de governo para o Brasil. "Com 3/5 dos votos, nós introduzimos o parlamentarismo a qualquer momento. Acredito que seja questão de um dia. É só a nação se convencer de que essa é a única saída, como eu tenho a esperança de que ela vai se convencer. Veja: nós fizemos 224 votos favoráveis ao parlamentarismo. Bastam

mais cem para que seja possível mudar, já."

Mas, já que a realidade é o presidencialismo, Delfim insistiu na necessidade de um "corte dramático no déficit público, embora saibamos que nem o presidente Sarney nem os políticos têm interesse em cortar o déficit". Para Delfim, eles vivem do déficit, fizeram toda a sua política através dele. "O PMDB, nos últimos três anos, só tem feito isso: contratar todos os seus cabos eleitorais. Houve uma invasão do setor público. Basta ver o doutor Montoro, que é um homem sério, em quatro anos, contratou 120 mil funcionários. Dr. Sarney contratou 57 mil para as estatais em dois anos e 250 mil para a administração direta."

Delfim empolgou principal-

mente os agricultores: ele indagou se algum deles sentiu que os serviços prestados pelo governo nas áreas da saúde, comunicações, energia e outras, melhoraram após todas essas contratações.

O deputado também avaliou a proposta do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, de prefixar a correção monetária e elevar as taxas de juros como forma de reduzir a inflação. "O Mário é um dos economistas mais competentes desse país. O que ele está propondo é correto. Mas preste atenção que ele disse antes disso algumas coisas: 'Vamos terminar com o déficit público e fazer uma política monetária ativa'. Se você conseguir estas duas coisas, poderá fazer o que quiser depois e dará certo".

Para Delfim, a proposta de Simonsen "é muito coerente, se o governo cortar o déficit e se o governo controlar a política monetária. Sem isso, não adianta chorar. Não vamos continuar insistindo, chamando mágicos, feiticeiros, búzios..."

Sobre a política "feijão-com-arroz" do ministro Mailson da Nóbrega, afirmou: "O ministro Mailson tem sido atacado da maneira mais injusta. Nós deveríamos atacar os ministros gastadores, ministros que estão torrando os recursos do governo. O Mailson nunca autorizou uma despesa de 50 centavos. Na realidade, o governo tem que pôr na rua todos os ministros, menos os da área econômica. Eles são os únicos que estão lutando a nosso favor. Mas é fácil fazer a nação acreditar que eles estão contra a nação".

Darwin Godól Valente

Richa concorda. Moreira lembra 61.

O senador José Richa concorda: a solução é o parlamentarismo. O governador Moreira Franco quer um entendimento partidário, como o de 61, embora não fale diretamente em parlamentarismo. O senador Mário Covas defende o pacto social enquanto se espera a eleição presidencial de 89. O governador Miguel Arraes e o deputado Luís Inácio Lula da Silva sugerem a antecipação da sucessão na Presidência da República. Há propostas de todo tipo para a solução da crise.

Para o senador José Richa (PSDB-PR) — que defende um respaldo político urgente às negociações do pacto social entre empregados e empresários —, "o parlamentarismo é a única maneira de suportar o Sarney e permitir a participação dos partidos em um governo de coalizão". Ele acha possível marcar um plebiscito para referendar o parlamentarismo na mesma data das eleições municipais de novembro: "Em 1961, o parlamentarismo foi aprovado em uma semana".

Ele considera essa possibilidade quase remota, mas não descartada porque "as pessoas estão começando a se angustiar com a hipótese do caos".

O governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco (PMDB), também recorda o entendimento político que solucionou a crise de 61



Richa, Moreira, Arraes e Covas: propostas diferentes para a ausência de governo.

— foi a fórmula parlamentarista que permitiu a posse de João Goulart. Moreira Franco defende uma reunião urgente dos partidos políticos e alerta que "é uma viagem sem destino a que fazem no momento o doutor Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Lula e todos que pensam em sucessão presidencial. Não é hora de ficar querendo tirar vantagem de tudo", diz Moreira Franco. Para ele, sem a participação dos partidos, "pacto nacional nenhum dará certo".

Para o governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PMDB), o governo não tem condições de encaminhar um entendimento nacional que solucione a crise, e o pacto que vem sendo articulado não resolverá, "porque não se pode fazer pacto em cima do salário do trabalhador". Ele acredita que o agravamento da crise levará à antecipação da eleição presidencial e não a

um golpe ou ao adiamento da sucessão.

Da mesma forma, o deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) descarta a possibilidade levantada pelo cientista político Hélio Jaguaribe de um apoio popular à volta dos militares, porque "as Forças Armadas hoje estão vinculadas com a corrupção. Se não as Forças Armadas como instituição, mas pessoas oriundas dessa instituição". Mas acredita que "o povo não vai agüentar Sarney até março de 90", por isso defende a antecipação da sucessão presidencial. Quanto ao pacto social que vem sendo negociado, Lula diz que só convence "quem acredita em Papai Noel".

O senador Mário Covas (PSDB-SP), ao contrário, acredita no pacto como uma forma de se ocupar "o espaço vazio deixado pela inexistência de governo", e

defende a participação política nesse processo. De resto, acha que "o que cabe fazer agora é esperar a eleição presidencial em 89". Para o governador do Ceará, Tasso Jereissati (PMDB), se o pacto mudar a inflação, mudará também o quadro sucessório. E isso vem sendo analisado com cuidado pelos assessores da campanha presidencial de Ulysses Guimarães, pelo Palácio do Planalto e pelos negociadores do pacto, que não querem sua utilização como instrumento político para produzir dividendos eleitorais.

O presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo e um dos diretores da CGT, Rogério Magri, envolvido na negociação do pacto social, criticou: "Propor parlamentarismo agora é criar uma cortina de fumaça para não se aprofundar as discussões". Para o deputado federal Fernando Gasparian (PMDB-SP), "os personagens envolvidos na negociação do pacto não fazem crer que ele venha a solucionar a crise". Gasparian acha que a hiperinflação é uma "encenação" para revogar os avanços da Constituição, e vem sendo articulada por ex-ministros da área econômica, que "incentivam à hiperinflação para voltar a brilhar na ribalta". Ele nominou, por exemplo, os ex-ministros Delfim Neto, Mário Henrique Simonsen e Roberto Campos.